

CLIPPING IMPRESSO 17/10/2013



INDICE

1.	JORNAL A TARDE		
	1.1. DESEMBARGADORES	. –	3
	1.2. EXECUÇÕES PENAIS		
	1.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE5	;	
2.	JORNAL ATOS E FATOS		
	2.1. DESEMBARGADORES6	; –	7
3.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS		
	3.1. DESEMBARGADORES	}	
4.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO		
	4.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA9	- 1	11
	4.2. DESEMBARGADORES	.2 -	18
	4.3. SEM ASSUNTO	.9	
5.	JORNAL O DEBATE		
	5.1. DESEMBARGADORES	0 -	21
	5.2. VARA DA MULHER	2	
6.	JORNAL O IMPARCIAL		
	6.1. DESEMBARGADORES	:3 -	25
	6.2. EXECUÇÕES PENAIS	6 -	27
7.	JORNAL PEQUENO		
	7.1. DESEMBARGADORES	8 -	30
	7.2. EXECUÇÕES PENAIS	1 -	34
	7.3. JUÍZES	5 -	36
	7.4. SINDJUS	57	
	7 5 WADAS DA FAMÍLTA	. Ω	



17/10/2013 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 7 POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

DESEMBARGADOR BAYMA ARAÚJO CONCEDE LIMINAR CONTRA REDUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TJMA

DESEMBARGADOR BAYMA ARAÚJO CONCEDE LIMINAR CONTRA REDUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TJMA

O desembargador Antonio Bayma Araújo concedeu liminar em Mandado de Segurança favorável à Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) contra ato do governo do Estado que enviou à Assembleia Legislativa Projeto de Lei Orçamentária com valores inferiores aos apresentados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para o ano de 2014.

Segundo consta nos autos, o valor da proposta orçamentária, no valor de R\$ 882.847.519,00, requerida em 23 de agosto de 2013 pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, foi reduzido pelo Poder Executivo estadual para R\$ 708.686.548,00.

No Mandado de Segurança, a AMMA argumenta que as despesas de custeio teriam sido reduzidas à metade, bem como houve redução na estimativa da arrecadação do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário, sendo esses valores remanejados de forma indiscriminada, modificando consideravelmente o valor da proposta orçamentária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 90 (15 x 6 col)

ANGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJMA

ANGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJMA



Os dois magistrados foram empossadas após a sessão plenária

Pág. 6

17/10/2013 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 6 POSITIVA - CM.: 64 (16 x 4 col)

ANGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJMA

Angela Salazar e Marcelino Everton são os novos desembargadores do TJMA



Os dois magistrados foram empossadas após a sessão plenária

Os juízes Angela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2.155 pontos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade.

Independentemente da colocação, Angela Salazar figurou na lista tríplice de merecimento pela terceira vez consecutiva, garantindo sua nomeação para o cargo, como determina o Regimento Interno da Corte, reproduzindo norma da Constituição Federal. Os outros dois mais vota-

dos para a vaga foram os juízes Tyrone José Silva (segundo colocado), com 2.129 pontos, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (terceiro), com 2.126.

Bastante emocionada, a nova desembargadora agradeceu a todos e tributou sua eleição a Deus: "a Ele, essa glória, essa honra, por essa conquista em minha carreira". A magistrada disse que sempre atendeu a todos os requisitos necessários ao preenchimento do cargo e que continuará pautando seu trabalho - agora no TJMA - com dignidade, responsabilidade e colaboração.

Marcelino Everton revelou que espera corresponder à expectativa dos colegas desembargadores e de todos os servidores do Judiciário. "Eu queria mesmo era ser juiz de Direito e vou continuar sendo, com muito prazer", resumiu o magistrado, que, antes de ser eleito por antiguidade, retirou sua candidatura à vaga por merecimento.

MERECIMENTO - Vinte e quatro membros do Tribunal participaram da sessão que definiu os novos nomes, mas o desembargador Joaquim Figueiredo se absteve de votar, em razão de ter um irmão seu entre os candidatos: o juiz José Jorge. A primeira eleição foi por merecimento.

O presidente Guerreiro Júnior destacou o equilíbrio da disputa e a qualidade dos candidatos, considerando a todos da mais elevada estirpe, reputação ilibada e conduta exemplar. Em seguida, passou a palavra ao decano da Corte, o desembargador Bayma Araújo, o primeiro a votar.

Os 23 desembargadores que participaram da votação apuraram o merecimento dos candidatos, segundo critérios com pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30), presteza no exercício das funções (25), aperfeiçoamento técnico (10) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15).

Todos eles declararam os

fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Os 12 juízes concorrentes à vaga receberam pontuação. A colocação geral foi imediatamente divulgada pelo presidente do TJMA após a eleição.

Também concorreram os juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto, Oriana Gomes, João Santana Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José de Ribamar Castro, Luiz Gonzaga Almeida Filho, Luiz de França Belchior Silva, Lucas da Costa Ribeiro Neto e Antonio José Vieira Filho.

ANTIGUIDADE – Na sequência, o presidente Guerreiro Júnior anunciou o acesso a cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. Submetido ao plenário, o nome do juiz Marcelino Everton recebeu manifestação favorável unânime dos membros da Corte.

POSSE – Angela Salazar e Marcelino Everton foram empossados logo depois da sessão plenária administrativa pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "São dois magistrados de carreira e chegam para dar mais força à Corte, agora, completa", afirmou Guerreiro Júnior.



17/10/2013 - JORNAL A TARDE
1º CADERNO - GERAL - PAG.: 6
POSITIVA - CM.: 44 (11 x 4 col)

DPE REGISTRA MAIS DE 8 MIL ATENDIMENTOS NAS UNIDADES PRISIONAIS

DPE registra mais de 8 mil atendimentos nas unidades prisionais

O Núcleo de Execução Penal (NEP), da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou 8.148 atuações no Sistema Penitenciário do Maranhão, em 2013. Os dados foram registrados pelo Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Definitivos (Siapd), da DPE/MA, de janeiro a 15 de outubro deste ano.

Os sete defensores públicos que compõem o NEP e atuam nas unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, realizam regularmente atendimentos a custodiados e familiares, audiências, acompanhamentos processuais, além de palestras, capacitações e ativida-

des voltadas à ressocialização. Além da atuação nas duas varas de execução penal da capital, a instituição desenvolve atividades nos estabelecimentos penais e delegacias do interior do estado, nos municípios que contam com a presença de núcleos regionais da DPE.

De acordo com o defensor Heider Silva Santos, um dos titulares do Núcleo de Execução Penal, a atuação da Defensoria é fundamental dentro dos estabelecimentos penais, na medida em que contribui para o enfrentamento da superlotação no sistema carcerário e para reduzir os níveis de tensão dentro dos presídios.

Atualmente, o siste-

ma carcerário maranhense mantém mais de cinco mil apenados e faltam vagas. Grande parte desse contingente é formado por pessoas que não têm condições financeiras para contratar um advogado. Sem o trabalho de assistência jurídica que vem sendo realizado regularmente pela Defensoria, a situação estaria mais grave□, assegurou, destacando que a atuação permanente da DPE no sistema penitenciário tem garantido regularidade no acompanhamento dos processos.

Nos últimos dois anos a DPE fortaleceu sua atuação na área de execução penal, aumentando de 2 para 7 o número de defensores em atividade dentro dos presídios. Com um espaço próprio para atendimento, dotado de condições operacionais, a instituição vem garantindo maior agilidade na análise dos processos e no pedido de benefícios. □Para o detento, a presença da Defensoria nos presídios é a garantia de que seu processo será analisado, e caso tenha direito a algum beneficio, o mesmo será solicitado pelo defensor. No entanto, o deferimento dos pedidos não depende apenas da Defensoria, mas da análise conjunta do Ministério Público e do Poder Judiciário□, disse Heider Santos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDÆ

17/10/2013 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 7 POSITIVA - CM.: 16 (8 x 2 col)

PROCESSOS ENVOLVENDO ADOLESCENTES SERÃO REGULARIZADOS

PROCESSOS ENVOLVENDO ADOLESCENTES SERÃO REGULARIZADOS

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e a Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão irão concentrar esforços em tarno da regularização dos processos e da fiscalização na execução de penas impostas contra adolescentes, em trâmite na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

O acordo foi feito em reunião entre os desembargadores Froz Sobrinho (Coordenador da UMF), Vicente de Paula Castro (Coordenador da Infância e Juventude), e o juiz José dos Santos Costa (da 2ª Vara da Infância e Juventude).

Os magistrados discutiram a situação da infância e juventude na capital, especialmente da 2ª Vara, que necessita da construção de um espaço próprio, novos equipamentos e capacitação para a melhoria do trabalho, considerando a média de dois adolescentes apreendidos por dia, envolvidos principalmente em assaltos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES
17/10/2013 - JORNAL ATOS E FATOS
1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA
POSITIVA - CM - 444 (40 % 6 cm)

POSITIVA - CM.: 114 (19 x 6 col)

ÂNGELA SALAZAR È MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJ

MERECIMENTO E ANTIGUIDADE

ÂNGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJ



Presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, com os novos desembargadores

s juízes Ángela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2. 155 pon tos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade. PÁGINA 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 96 (24 x 4 col)

ÂNGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO OS NOVOS DESEMBARGADORES DO TJ

MERECIMENTO E ANTIGUIDADE

Angela Salazar e Marcelino Everton são os novos desembargadores do TJ

Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2.155 pontos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiquidade, foi eleito por unanimidade.

Independentemente da colocação, Ângela Salazar figurou na lista tríplice de merecimento pela terceira vez consecutiva, garantindo sua nomeação para o cargo, como determina o Regimento Interno da Corte, reproduzindo norma da Constituição Federal. Os outros dois mais votados para a vaga foram os juízes Tyrone José Silva (segundo colocado), com 2.129 pontos, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (terceiro), com 2.126.

Bastante emocionada, a nova desembargadora agradeceu a todos e tributou sua eleição a Deus: "a Ele, essa glória, essa honra, por essa conquista em minha carreira". A magistrada disse que sempre atendeu a todos os requisitos necessários ao preenchimento do cargo e que continuará pautando seu trabalho - agora no TJMA com dignidade, responsabilidade e colaboração.

Marcelino Everton revelou que espera corresponder à expectativa dos colegas desembargadores e de todos os servidores do Judiciário. "Eu queria mesmo era ser juiz de Direito e vou continuar sendo, com muito prazer", resumiu o magistrado, que, an-



Presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, com os novos desembargadores

tes de ser eleito por antiguidade, retirou sua candidatura à vaga por merecimento.

MERECIMENTO - Vinte e quatro membros do Tribunal participaram da sessão que definiu os novos nomes, mas o desembargador Joaquim Figueiredo se absteve de votar, em razão de ter um irmão seu entre os candidatos: o juiz José Jorge. A primeira eleição foi por merecimento.

O presidente Guerreiro Júnior destacou o equilíbrio da disputa e a qualidade dos candidatos, considerando a todos da mais elevada estirpe, reputação ilibada e conduta exemplar. Em seguida, passou a palavra ao decano da Corte, o desembargador Bayma Araújo, o primeiro a votar.

Os 23 desembargadores que participaram da votação apuraram o merecimento dos candidatos, segundo critérios com pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30), presteza no exercício das funções (25). aperfeiçoamento técnico (10) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15).

Todos eles declararam os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Os 12 juízes concorrentes à vaga receberam pontuação. A colocação geral foi imediatamente divulgada pelo presidente do TJMA após a eleição.

Também concorreram os juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto, Oriana Gomes, João Santana Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira.

José de Ribamar Castro, Luiz Gonzaga Almeida Filho, Luiz de França Belchior Silva, Lucas da Costa Ribeiro Neto e Antonio José Vieira Filho.

ANTIGUIDADE - Na sequência, o presidente Guerreiro Júnior anunciou o acesso a cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. Submetido ao plenário, o nome do juiz Marcelino Everton recebeu manifestação favorável unânime dos membros da Corte.

POSSE - Ângela Salazar e Marcelino Everton foram empossados logo depois da sessão plenária administrativa pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. 'São dois magistrados de carreira e chegam para dar mais força à Corte, agora, completa", afirmou Guerreiro Júnior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 20 (5 x 4 col)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DEFINE NOMES DE NOVOS DESEMBARGADORES NO MA

Tribunal de Justiça define nomes de novos desembargadores no MA

Os juízes Ângela Salazar e Marcelino Chaves Ewerton foram definidos, na quartafeira (16), como os novos membros do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Os magistrados foram escolhidos, respectivamente, pelos critérios de merecimento

e antiguidade.

Salazar chega ao TJ após disputar eleição com mais 11 candidatos, pelo critério de merecimento: José de Ribamar Castro, Tyrone José Silva, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho e Oriana Gomes.

Após as primeiras votações iniciadas a partir das 9h, a agora desembargadora foi escolhida após obter 2.645 pontos de uma lista tríplice que também possuía os nomes de Tyrone José Silva (2.129)e José Jorge Figueiredo dos Anjos (2.126). As posses dos novos desembargadores aconteceu no início da tarde desta quarta.



17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 66 (11 x 6 col)

RODOVIÁRIOS DECIDEM NÃO PARALISAR ÔNIBUS, MESMO APÓS ATAQUES



Ônibus teve janela quebrada em um dos ataques ocorridos ontem, ocasionando uma onda de medo nos trabalhadores do setor

Rodoviários decidem não paralisar ônibus, mesmo após ataques

Onda de medo tomou conta da categoria após série de ataques a ônibus, iniciada logo após crise em Pedrinhas. **Cidades 1**



17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 1

POSITIVA - CM.: 162 (27 x 6 col)

RODOVIÁRIOS DECIDEM NÃO PARALISAR ÔNIBUS, MESMO APÓS ATAQUES

"A violência tem aumentado. A categoria está se sentindo ameaçada e sem nenhuma perspectiva de que essa situação melhore"

Dorival Silva, presidente do do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão



Ônibus são atacados, mas rodoviários descartam paralisação de atividades

Apesar do temor de novas depredações, categoria decidiu aguardar reunião que será realizada no dia 25, no Tribunal de Justiça do Maranhão, quando serão discutidas ações para conter a violência contra coletivos

depredação de três ônibus que integram sistema de transporte coletivo de São Luís, na noite de terça-feira, dia 15, causou uma nova onde de medo entre motoristas, cobradores e fiscais que atuam na área, mas ontem, o sindicato que representa a categoria descartou a possibilidade de uma paralisação no sistema que ocorreria por causa desses ataques, afirmando que aguardará o resultado de uma nova reunião que será realizada no dia 25, na qual serão discutidas estratégias para combater assaltos a coletivos e outros atos de vandalismo.

Os ônibus que foram depredados faziam linha para o bairro Jardim América - dois deles pertenciam à empresa Expresso 1001 e o outro à Menino Jesus de Praga. Os atos de vandalismo aconteceram por volta das 19h, quando os coletivos estavam no ponto final, localizado na Avenida dos Agricultores, no Jardim América.

De acordo com moradores que presenciaram o fato, aproximadamente 10 homes armados com revólveres e encapuzados, chegaram ao local em motocicletas e disparam vários tiros para causar pânico, dispersando as pessoas, que correram para suas casas e estabelecimentos, com medo dos tiros.

Após isso, os criminosos jogaram pedras e outros objetos contra os coletivos, fazendo com que passageiros, motorista e cobrador que estavam em um desses ônibus fugissem amedrontados. Insatisfeitos, os vândalos atearam fogo no veículo e fugiram, mas as chamas foram rapidamente controladas por moradores.

O ato de vandalismo durou apenas alguns minutos. Após a depredação, os criminosos fugiram sem ser identificados. Viaturas da Polícia Militar (PM) foram chamadas ao local e fizeram algumas incursões durante a madrugada e todo o dia de ontem, no intuito de localizar os responsáveis, no entanto, até o fechamento desta edição, ninguém havia sido localizado ou preso.

Os ônibus tiveram os vidros das portas e das janelas quebrados, os pneus furados e a lataria amassada, tiveram de ser levados para as garagens para receber reparados e ficarão foram de circulação pelos próximos dias. No início da manhã de ontem, ainda haviam restos de vidros quebrados espalhados no chão onde aconteceu o fato.

Paralisação - Por causa da depredação dos coletivos foi levantada a possibilidade de uma paralisação no sistema de transporte coletivo da cidade. No entanto, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (Sttrema), após reunião no fim da manhã de ontem, decidiu não suspender as atividades da categoria e aguardar uma reunião que será realizada no dia 25, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) quando,

na presença de órgãos de segurança e de empresários do setor de transporte de passageiros de São Luís, serão discutidas as ações para conter a violência contra coletivos.

A última reunião dessa natureza aconteceu no dia 11 deste mês na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP). No encontro, foram discutidas ações de combate e prevenção a assaltos a ônibus na Região Metropolitana de São Luís e foi determinado um reforço de 50% no efetivo policial para combater essa prática. O resultado do aumento no contingente foi a realização de 2.500 abordagens e 24 pessoas presas em operações policiais desenvolvidas no último fim de semana em toda a Ilha.

Insegurança - Mesmo com a maior quantidade de policiais atuando nas ruas, o presidente do sindicato dos rodoviários, Dorival Silva, afirmou que a categoria trabalha insegura por causa da crescente onda de criminalidade na cidade. "A violência tem aumentado. A categoria está se sentindo ameaçada e sem nenhuma perspectiva de que essa situação melhore", afirmou o presidente o Strrema.

O motorista Edian Sousa Lima disse que foi assaltado várias vezes enquanto trabalhava e, em uma dessas ocorrências, foi atingido por um golpe de faca. Ele ressaltou ainda que deixou de trabalhar no período da noite, com medo de ser novamente vítima de bandidos. "Essa situação é difícil, pois todos ficamos apreensivos. Você sai de casa e não sabe se volta", disse o trabalhador.

Em contato com O Estado, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluisio Mendes, informou que a polícia está atuando para combater práticas criminosas com o reforço no policiamento. "Nós estamos trabalhando com os efetivos nas ruas. No caso da depredação dos ônibus a polícia chegou rapidamente e evitou que eles fossem incendiados. As operações que iniciamos no último fim de semana continuarão e vamos expandi-las para outros locais", afirmou Mendes.

Mads

No dia 9 deste mês, oito coletivos foram depredados em diversos pontos de São Luís, dois deles foram queimados e seis apedrejados, segundo o Sindicato dos Rodoviários. O ato de vandalismo foi um reflexo de uma rebelião que aconteceu naquele dia na Casa de Detenção (Cadet) do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Por causa dessa situação, nos dias 10 e 11 os rodoviários suspenderam as atividades durante o período da noite com medo de novo ataques contra os coletivos, deixando aproximadamente 700 mil pessoas sem transporte coletivo.



17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 1

POSITIVA - CM.: 162 (27 x 6 col)

RODOVIÁRIOS DECIDEM NÃO PARALISAR ÔNIBUS, MESMO APÓS ATAQUES







Homens atearam fogo no interior de ônibus na noite de terça-feira, no Jardim América; na manhã de ontem, outros coletivos, que foram depredados permaneciam na garagem da empresa, no São Cristóvão, sem condições de uso

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 24 (8 x 3 col) ESCOLHIDOS DOIS NOVOS MEMBROS DA CORTE

De Jesus

Total Control Contro

Ângela Salazar e Marcelino Everton durante a sessão do tribunal

Judiciário

Escolhidos dois novos membros da Corte

Tribunal de Justiça tem dois novos desembargadores: Ângela Salazar, que concorreu com 11 candidatos, e Marcelino Everton, promovido pelo critério de antiguidade; posse ocorreu no fim da sessão de ontem. **Política 2**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 2 POSÍTIVA - CM.: 104 (26 x 4 col)

ESCOLHIDOS DOIS NOVOS MEMBROS DA CORTE

TJ finalmente completa o Pleno com escolha de dois novos desembargadores

Depois de três anos da criação de vagas, a Corte de Justiça escolhe os juízes Ângela Salazar e Marcelino Everton e chega a 27 membros pela primeira vez

Carla Lima Da editoria de Política

Tribunal de Justiça do Maranhão tem dois novos desembargadores: Ângela Salazar e Marcelino Everton. A magistrada concorreu à vaga deixada por Raimundo Nonato de Souza pelo critério de merecimento e Everton foi escolhido pela antiguidade. Os dois novos membros, empossados após o fim da sessão, completam pela primeira vez as três vagas criadas há três anos.

Em uma disputa com 12 magistrados (inicialmente eram 13, mas o juiz Marcelino Everton desistiu da disputa por merecimento), a escolha do novo desembargador por merecimento demorou cerca de cinco horas. Com 24 desembargadores presentes, votaram 23, já que José Joaquim Figueiredo decidiu se abster devido à participação na disputa do seu irmão, o juiz José Jorge Figueiredo.

Após análise dos desembargadores dos currículos dos concorrentes baseados nos critérios de desempenho, produtividade, presteza no exercício das funções, aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional, ficaram na lista tríplice Ângela Salazar com 2.155 pontos, José Jorge Figueiredo com 2.129 e Tayrone Silva com 2.126 pontos.

Como Ângela Salazar já havia entrado duas vezes em outras listas de merecimento, ela se habilitou a ser proclamada a nova desembargadora.



Marcelino Everton e Ângela Salazar são apresentados pelo presidente do tribunal, Guerreiro Júnior

"Foram anos de dedicação à magistratura e essa vitória agora é o coroamento de toda essa dedicação. Continuarei a desempenhar aqui a magistratura", disse Ângela Salazar.

Após a escolha de Salazar, os desembargadores validaram o direito de Marcelino Everton de assumir a vaga de desembargador por antiguidade. "Vou continuar com o mesmo estilo de trabalho, até mesmo porque continuarei juiz, só que agora mais graduado", afirmou Everton.

Os dois novos desembargadores foram empossados ontem mesmo. A posse solene ainda será marcada pelos dois magistrados.

Perfil - Ângela Salazar ingressou na magistratura em 1986, na Comarca de Vitória do Mearim, passando posteriormente pelas cidades de Açailândia e Pedreiras. Em 1996, veio para São Luís. Antes de se tornar desembargadora, comandava a 5ª Vara de Família da capital.

Marcelino Everton se tornou juiz de direito em 1982, na Comarca de Vitória do Mearim, indo depois para Carolina e Pedreiras. Em 1995, foi promovido para São Luís. Atualmente, Everton estava titular da 2ª Vara da Família.

Mais

O Tribunal de Justiça decidiu transferir para o dia 30 a escolha da lista tríplice de advogados candidatos a uma vaga no Pleno do Tribunal Regional Eleitoral. A votação também ocorreria ontem. Concorrem os advogados Daniel Blume, Riod Ayoub, Rehelmson Athayde Rocha, Cristiano Alves Fernandes Ribeiro, Carlos Roberto Feitosa Costa, Daniel Guerreiro Bonfim e Eduardo José Leal Moreira e Daniel Leite...



POSITIVA - CM.: 24 (24 x 1 col)

SURPRESA

Surpresa

Foi surpreendente a eleição do novo desembargador pelo critério de merecimento.

Favorito para muitos, o juiz João Santana ficou para trás na contagem de pontos, tendo a disputa se concentrado em dois nomes: Āngela Salazar, que acabou eleita, e Tyrone Silva, bem cotado desde o início.

A surpresa maior ficou por conta da boa colocação do juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, que foi o terceiro da lista.

Bom senso

Um dos desembargadores presentes à sessão não votou: José Joaquim Figueiredo dos Anjos, porque seu irmão, José Jorge, estava na disputa.

Joaquim Figueiredo estudou o assunto, fez consulta a especialistas e perguntou ao CNJ se poderia participar da votação sem o risco de inviabilizá-la.

Pesou os prós e contras e decidiu ficar fora da eleição.

No topo

O juiz Marcelino Ewerton chegou ontem ao Tribunal de Justica com seu futuro resolvido.

Confirmada sua promoção por antiguidade, ele comunicou formalmente ao presidente Guerreiro Júnior a retirada da sua candidatura à disputa por merecimento.

Foi promovido e seguiu para casa com os dois pés no topo da carreira.

Casa das 7 mulheres

A desembargadora Ângela Salazar vai reforçar a bancada do salto alto no Tribunal de Justica.

Com ela, serão sete mulheres num plenário de 27 cadeiras: Cleonice Freire, Nelma Sarney, Anildes Cruz, Maria Buna, Raimunda Bezerra, Maria das Gracas, além da recém-eleita.

Com o detalhe de que três delas comandarão a Casa a partir de dezembro: Cleonice Freire (presidente), Anildes Cruz (vice) e Nelma Sarney (corregedora-geral).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - E MAIS - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 8 (4 x 2 col) O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA FICOU LOTADO (...)

- O plenário do Tribunal de Justiça ficou lotado ontem, durante a sessão em que foram escolhidos os dois novos desembargadores.
- Alguns candidatos estavam acompanhados de amigos e até de familiares, o que não é comum em sessões como aquele objetivo.
- Ao votar, a desembargadora Raimunda Bezerra reclamou das conversas paralelas no plenário: "Presidente, isso aqui está virando uma feira".
- Tão logo foi proclamado o resultado da votação, Ângela Salazar e Marcelino Everton foram empossados pelo presidente Guerreiro Júnior.
- Enfim, o Pleno do Tribunal de Justiça, com 27 desembargadores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 3º CADERNO (ALTERNATIVO) - PH - PERGENTINO HOLANDA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 8 (4 x 2 col) ÂNGELA SALAZAR FOI ELEITA DESEMBARGADORA

Ângela Salazar foi eleita desembargadora

Houve um clima de confraternização, ontem, no Tribunal de Justiça do Maranhão por conta da eleição de dois novos desembargadores. Pelo critério de antiguidade, foi confirmado o nome do juiz Marcelino Chaves Ewerton.

Pelo critério de merecimento, em eleição disputadíssima, como esta coluna previu, ganhou a juíza Ângela Salazar. Integraram também a lista tríplice os juízes Tyrone Silva e José Jorge Figueiredo dos Anjos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES

17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 4 (4 x 1 col)

NOVOS PRESÍDIOS VÃO DESAFOGAR O SISTEMA, DIZEM MAGISTRADOS

Novos presídios vão desafogar o sistema, dizem magistrados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 156 (26 x 6 col)

NOVOS PRESÍDIOS VÃO DESAFOGAR O SISTEMA, DIZEM MAGISTRADOS

Juízes defendem construção de presídio para desafogar sistema

Magistrados, membros da Amma, dizem que situação de emergência decretada pelo governo foi providencial; juízes propõem que em 180 dias novas unidades sejam construídas, entre elas uma de segurança máxima na capital

Mario Carvalho Da Equipe de O Estado

embros da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) defenderam como uma das saídas, a curto prazo, para minimizar os problemas no sistema carcerário do estado, a construção de uma unidade prisional de segurança máxima para desafogar as dependências do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Atualmente, existem 3.200 presos em São Luís e mais 1.400 no interior do estado.

Ontem, em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da Amma, juiz Gervásio dos Santos, admitiu que a decretação do estado de emergência por 180 dias no sistema prisional, por parte da governadora Roseana Sarney, veio em boa hora, mas deve servir para a construção de unidades prisionais.

"Entendo que faltam investimentos no sistema penitenciário e acredito que não iremos resolver o problema apenas com conversa, mas sim investindo na construção de um presídio de segurança máxima que possa reunir pessoas que são líderes de facções criminosas e depois regionalizar os presídios. Não há sentido em trazer uma pessoa de Balsas [no sul do estado] para cumprir pena aqui na capital", declarou.

Para o presidente da Amma, isso evitaria a superlotação carcerária, além de permitir aos presos a chance de serem ressocializados. "Agora, é importante lembrar que a máxima batida e rebatida de que a polícia prende e a Justiça solta é uma falácia. Hoje, temos um déficit de duas mil vagas no sistema e, se fôssemos encarcerar todos os presos, cuja ordem de prisão forem emanadas da Justiça do Maranhão, não teríamos nenhum espaço nas unidades prisionais", observou.

Decreto - O juiz Gervásio dos Santos afirmou que o decreto do estado de emergência no setor era indispensável. "Em situações emergenciais, é preciso sempre tomar medidas emergenciais. O que se espera é que nesse momento sejam utilizados os recursos financeiros da melhor forma possível. Primeiro, adequando as antigas cadeias públicas para que ali possam ser alojados os presos das comarcas. Segundo, direcionando essa verba para a construção de um presídio de segurança máxima e, terceiro, readequando o sistema prisional do Complexo de Pedrinhas, que hoje tem uma fragilidade gritante", enfatizou.

Ele disse ainda que o Judiciário, nos últimos seis meses, tem cumprido o seu papel, e o exemplo disso é que o juiz Douglas de Melo Martins foi designado pelo Conselho Nacional de Justiça [CNJ] para coordenar mutirões carcerários em todo o país e que durante o episódio que resultou nas mortes de presos em Pedrinhas não houve uma única reclamação sobre a atuação de qualquer magistrado.

Mudanças - Para o juiz Carlos Roberto de Oliveira Paula, titular da 1ª Vara de Execuções Penais em São Luís, o sistema carcerário na capital precisa de mudanças urgentes. "A nossa expectativa é que esse decreto de emergência baixado pelo governo estadual possa ser um passo gigantesco para a mudança com relação ao caos instalado no sistema prisional do Maranhão. Esperamos que daqui a seis meses possamos ver as unidades prisionais construídas pelo governo e em funcionamento. Caso contrário, situações similares às mortes vivenciadas em Pedrinhas poderão ocorrer novamente", alertou.

Segundo Roberto de Oliveira Paula, a chegada da Força Nacional atuando nas unidades prisionais é importante nesse momento, pois garante o retorno do controle nas unidades. "Garante também a proteção dos próprios apenados, mas isso por si só não resolve. Representa apenas um momento de crise, que precisa ter uma presença mais efetiva do estado. Precisamos, portanto, é que sejam construídos presídios novos tanto na capital quanto no interior do Maranhão, além de promover a descentralização do sistema. Somente assim, a curto e médio prazo, conseguiremos reverter esse índice de violência e de brutalidade que existe nas unidades", avaliou.

De acordo com o juiz Fernando Mendonça, titular da 21 Vara de Execuções Penais, a resolução dos problemas no sistema carcerário no estado passa por uma questão política de investir mais no sistema e de forma racional. "É preciso construir um planejamento estratégico para o sistema de curto, médic e longo prazo. Além disso, é preciso estabelecer as prioridades e a missão do sistema penitenciário. É necessário que nos perguntemos se devemos centralizar ou descentralizar as ações do presídio, trazer pessoas contratadas ou promover concursc público e combater o crime organizado ou aceitá-lo. Isso quei dizer que temos de fazer opções dentro de um planejamento estratégico", frisou.

Infância - Já o juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância em São Luís, alertou que se não houver uma ação mais enérgica do Governo do Estado voltada à reestruturação e construção de novas unidades para o cumprimento de medidas socioeducativas, o Maranhão também será palco de rebeliões sangrentas nas unidades prisionais para menores infratores.

Ele alertou para a precariedade das unidades para adolescentes infratores e disse que a situação é tão grave quanto nos presídios para maiores. "Nós não temos para onde mandar esses adolescentes infratores. Não há vagas, pois as unidades estão lotadas. Só nos restam duas opções: ou amontoá-los em um espaço reduzido para que se matem ou deixar esses infratores soltos nas ruas, cometendo mais crimes", declarou.

Apesar de existir, a Corregedoria no sistema prisional não funciona como deveria. Sabemos que existem maus funcionários, principalmente em órgãos de fiscalização e de polícia"

Juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Criminais.



Juízes José Costa, Gervásio Santos, Roberto de Oliveira Paula e Fernando Mendonca durante entrevista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 17/10/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 13 (13 x 1 col) ASSISTÊNCIA JURÍDICA É GRATUITA NA OUVIDORIA

Assistência jurídica é gratuita na Ouvidoria

IMPERATRIZ - A prestação de assistência jurídica gratuita está sendo oferecida à comunidade por intermédio do Núcleo da Ouvidoria Geral do Município de Imperatriz, localizado na Rua Godofredo Viana, 484, no Centro.

"São duas funções muito importantes, pois tratam de dar assistência ao cidadão, seja funcionário público ou não", observou o ouvidor-geral Joel Gomes. Ele assegurou que o órgão busca atender à demanda da população, em todos os setores, principalmente na área da assistência jurídica, que registra grande número de atendimento.

"O cidadão simples tem dificuldade de acesso ao direito, bem como a sua defesa jurídica por ser cara, mas o Município contratou 10 advogados que estão à disposição, de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h, para atender gratuitamente os municípios", informou o ouvidor.



1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 33 (11 x 3 col)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MA ELEGE DOIS NOVOS DESEMBARGADORES

POLÍTICA PAG. 03

Tribunal de Justiça do MA elege dois novos desembargadores



Marcelino Everton e Angela Salazar tomaram posse nesta quarta-feira (16)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 92 (23 x 4 col)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MA ELEGE DOIS NOVOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do MA elege dois novos desembargadores

O presidente Guerreiro Júnior destacou o equilíbrio da disputa e a qualidade dos candidatos, considerando a todos da mais elevada estirpe, reputação ilibada e conduta exemplar



Marcelino Everton e Angela Salazar tomaram posse nesta guarta-feira (16)

Os juízes Angela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2.155 pontos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade.

Independentemente da colocação, Angela Salazar figurou na lista tríplice de merecimento pela terceira vez consecutiva, garantindo sua nomeação para o cargo, como determina o Regimento Interno da Corte, reproduzindo norma da Constituição Federal. Os outros dois mais votados para a vaga foram os juízes Tyrone José Silva (segundo colocado), com 2.129 pontos, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (terceiro), com 2.126.

Bastante emocionada, a nova desembargadora agradeceu a todos e tributou sua eleição a Deus: "a Ele, essa glória, essa honra, por essa conquista em minha carreira". A magistrada disse que sempre atendeu a todos os requisitos necessários ao preenchimento do cargo e que continuará pautando seu trabalho - agora no TJMA - com dignidade, responsabilidade e colaboração.

Marcelino Everton revelou que espera corresponder à expectativa dos colegas desembargadores e de todos os servidores do Judiciário. "Eu queria mesmo era ser juiz de Direito e vou continuar sendo, com muito prazer", resumiu o magistrado, que, antes de ser eleito por antiguidade, retirou sua candidatura à vaga por merecimento.

MERECIMENTO-Vintee quatro membros do Tribunal participaram da sessão que definiu os novos nomes, mas o desembargador Joaquim Figueiredo se absteve de votar. em razão de ter um irmão seu entre os candidatos: o juiz José Jorge. A primeira eleição foi por merecimento.

O presidente Guerreiro Júnior destacou o equilíbrio da disputa e a qualidade dos candidatos, considerando a todos da mais elevada estirpe, reputação ilibada e conduta exemplar. Em seguida, passou a palavra ao decano da Corte, o desembargador Bayma Araújo, o primeiro a votar.

Os 23 desembargadores que

participaram da votação apuraram o merecimento dos candidatos, segundo critérios com pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30), presteza no exercício das funções (25), aperfeiçoamento técnico (10) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15).

Todos eles declararam os fundamentos de sua convicção. com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Os 12 juízes concorrentes à vaga receberam pontuação. A colocação geral foi imediatamente divulgada pelo presidente do TJMA após a eleição.

Também concorreram os juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto, Oriana Gomes, João Santana Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José de Ribamar Castro, Luiz Gonzaga Almeida Filho, Luiz de França Belchior Silva, Lucas da Costa Ribeiro Neto e Antonio José Vieira Filho.

ANTIGUIDADE - Na sequência, o presidente Guerreiro Júnior anunciou o acesso a cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. Submetido ao plenário, o nome do juiz Marcelino Everton recebeu manifestação favorável unânime dos membros da Corte.

POSSE - Angela Salazar e Marcelino Everton foram empossados logo depois da sessão plenária administrativa pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "São dois magistrados de carreira e chegam para dar mais força à Corte, agora, completa", afirmou Guerreiro Júnior.



17/10/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 92 (23 x 4 col)

TRABALHO DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS É TEMA DE PAINEL

CÂMARA MUNICIPAL

Trabalho de comunidades terapêuticas é tema de painel

A Câmara Municipal de São Luís realizou, na manhã desta terça-feira (15), um painel intitulado "O poder público e as comunidades terapêuticas no enfrentamento às drogas em favor dos cidadãos em vulnerabilidade sócio econômica", por solicitação da vereadora Rose Sales (PCdoB), com a apresentação do requerimento nº 442/2013. O debate objetivou criar, desenvolver e executar políticas sociais voltadas para esse público, considerando que a falta de apoio do poder público enfraquece o trabalho desenvolvido pelas comunidades terapêuticas. Sem mencionar a questão do crescimento do número de jovens que se drogam e praticam delitos, devido a não existência de programas em longa escala de prevenção e/ou tratamento.

"Queremos, na verdade, com essa discussão, reforçar a luta pelas comunidades terapêuticas, pelo reconhecimento da importância do papel social que desempenham, pelo suporte técnico e pelos aportes financeiros. As comunidades terapêuticas tem sido uma luta do nosso mandato nesses quatro anos e dez meses, mas, infelizmente, não tiveram a escuta e nem a ressonância necessária junto à gestão anterior do poder público municipal. Queremos tê-las agora, temos cobrado isso da atual gestão e que também tenha a integração do governo do estado", justificou a parlamentar comunista em seu discurso.

PAPEL DAS IGREJAS -Segundo a vereadora do PCdoB, "as comunidades terapêuticas exercem um papel importantíssimo, porque elas abrigam, tratam, resgatam vidas que estavam afundadas nas drogas. Cumprem um papel que é do poder público. E as igrejas católicas e evangélicas, na maioria, com o seu compromisso espiritual e social, desempenham esse papel sozinhas. Isso, na verdade, é relevante, mas se torna muito frágil mediante a problemática, o volume que tem de ser atendido. Mães, famílias inteiras clamam, todos os dias, por um assento, uma inserção do seu familiar, do seu ente querido, em um tratamento e não conseguem".

Ela acrescenta: "É nesse sentido que o painel cumpre esse papel, de trazer a responsabilidade, o poder público municipal e estadual, de também buscar parceiros privados. E que, a partir dessa discussão, estabeleçamos um grupo permanente de trabalho, que tenhamos, sim, as dotações orçamentárias, mas também o acompanhamento técnico, as oportunidades de incremento das políticas públicas no interior dessas comunidades terapêuticas. É nesse sentido que, hoje, esse painel vai acontecer, e nós vamos sair daqui com a continuidade do trabalho, com o engajamento de instituições e órgãos variados, para obtermos resultado de potencialização, de fortalecimento das comunidades terapêuticas em São Luís".

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

 Visando maior legitimidade e celeridade nos encaminhamentos assumidos ao longo do painel, Rose Sales enfatiza que, além dos representantes de movimentos e organizações sociais, também foram convidados representantes do poder público, "que possam também estar
lá, internamente, nessas comunidades, desempenhando um
trabalho, não simplesmente de
terapia ocupacional, mas que
forme, qualifique e promova,
depois, uma reinserção social
com substância, com condições
de sedimentação, novamente,
da sociedade".

Atenderam ao convite para integrar a mesa do painel: a secretária Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Andréia Carla Santana Everton Lauande; o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (Semdel), Aldo Rogério Ribeiro Ferreira; o juiz da Vara Especial da Mulher, Nelson Morares Rego; a assistente educacional da Secretaria Adjunta de Programas e Projetos Especiais da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Tânia Tereza Vidigal; os representantes da União Internacional dos Pastores e Capelanos (Unipas), pastor cel. Vilas Boas e Maria José do Lago Carvalho; e o representante do corpo discente das Comunidades Terapêuticas Crer, Peniel e Vida, Érisson Sousa.



17/10/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 140 (35 x 4 col) CORTE ESTÁ COMPLETA

JUDICIÁRIO

Corte está completa

Marcelino Everton e Ângela Salazar foram escolhidos para compor o pleno do TJMA. Após quase dois anos, a Corte volta a ter 27 magistrados

CLODOALDO CORRÉA

Tribunal de Justiça do Maranhão já está com a corte completa. Ontem foram eleitos os novos desembargadores do TJ. O juiz Marcelino Everton entrou pelo critério de antiguidade, e a juíza Ångela Salazar foi eleita pelo critério de merecimento. A sessão para a escolha foi longa e cansativa. Em uma sessão que durou mais de seis horas, foram decididas as novas vagas. Por conta da demora, foi adiada a eleição para os membros do Tribunal Regional Eleitoral.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, declarou que a população pode esperar ainda mais celeridade, agora que a corte está completa com os 27 magistrados. "A população pode esperar muito mais força com a corte completa com dois juízes de carreira que conhecem as bases, a população. Um filho de São Luís Gonzaga e outro de Arari. Eles vêm compor com muita responsabilidade e sapiência a corte, que hoje está madura e será bem presidida por três mulheres no próximo biênio".

Ångela Maria Moraes Salazar foi eleita com 2.155 pontos. Cada desembargador dava sua



A população pode esperar muito mais força com a Corte completa com dois juízes de carreira que conhecem as bases, a população

Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

pontuação para cada um dos juízes inscritos de acordo com os critérios para o merecimento da vaga. As pontuações e justificativas causaram a demora excessiva da sessão. O segundo mais votado foi Tyrone José Silva, com 2.129 pontos, e o terceiro, José Jorge Figueiredo dos Anjos, com 2.126.

Ângela comemorou muito a vitória e teve que distribuir muitos abraços. A nova desembargadora afirmou que continuará primando pela celeridade dos processos. Ángela considera a decisão colegiada, a principal mudança pela qual passará na magistratura de segundo grau. "Vou contribuir como sempre contribui para o engrandecimento da magistratura maranhense. Adotarei a mesma postura que sempre adotei, preocupada com a celeridade, fazendo julgamentos com retidão e imparcialidade, pois minha história sempre foi assim. Continuarei a mesma. A diferença é que aqui é um colegiado e nossos julgamentos são compartilhados".

Ângela concorreu outras duas vezes antes de ser eleita desembargadora. Na última chegou bem perto da eleição.

Vinte e quatro membros do Tribunal participaram da sessão, mas o desembargador Joaquim Figueiredo se absteve de votar, em razão de ter um irmão seu entre os candidatos: o juiz José Jorge. Na vaga de antiguidade, Marcelino foi eleito por unanimidade.

O juiz Marcelino Chaves Everton afirmou que não se vê como desembargador, mas seu trabalho será de um juiz. O novo desembargador disse que seu trabalho será de muita transpiração. "Vamos continuar trabalhando como juiz. Claro que no segundo grau você chega ao ápice da carreira. Mas vou depois de muito trabalho e uma vida de 31 anos como magistrado. Sempre pautei minha vida pelo trabalho duro. Vim para ser juiz".

Eleição para TRE-MA

Por conta da extensa sessão para escolha dos desembargadores, ficou adiada para aproxima quarta-feira a eleição dos dois novos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Onze advogados estão inscritos e concorrem às vagas que serão abertas por José Carlos Sousa e Silva e Sérgio Muniz, que deixarão a Corte eleitoral em novembro.

Disputam as duas vagas os advogados Daniel Blume Almeida, Riod Ayoub, Rehemelson Athayde Rocha, Roberto Feitosa, Cristiano Alves Fernando Ribeiro, Daniel Guerreiro, Eduardo José Leal Moreira, Dimas Salustiano, Luciano Matos, Daniel Leite e Gutemberg Braga Júnior. A eleição se dará com a formação de duas listas tríplices. As listas serão encaminhadas ao TRE, que homologa e encaminha ao Tribunal Superior Eleitoral, a quem caberá a decisão final.



17/10/2013 - JORNAL O IMPARCIAI 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 140 (35 x 4 col) CORTE ESTÁ COMPLETA

Perfil

Novos desembargadores



Marcelino Everton

Nascido em Arari, Marcelino chegou a São Luís para estudar Direito em 1968. Trabalhou como escrivão de polícia e delegado antes de ser juiz. Marcelino trabalha há 10 anos na Vara da Família da capital.



Angela Salazar

Natural de São João Batista, Ángela Salazar entrou para a magistratura em dezembro de 1986. Ela atuou em Vitória do Mearim, Barra do Corda, Açailândia, Pedreiras e São Luís, sempre sendo promovida pelo critério de antiquidade.



Os dois magistrados, Marcelino e Ângela, foram empossadas após a sessão plenária, por Guerreiro Júnior



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - BASTIDORES - RAIMUNDO BORGES - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 10 (5 x 2 col)

A JUIZA ÂNGELA SALAZAR (...)

A juíza Ângela Salazar foi eleita a nova desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo critério de merecimento, para a vaga de Raimundo Souza, aposentado aos 70 anos. Pelo critério de avaliação, no qual contam vários itens, ela bateu os concorrentes, com 2.645 pontos. Tyrone José Silva ficou com 2.129, e José Jorge Figueiredo dos Anjos, 2.126.

2 A outra vaga que estava em aberto, com a aposentadoria compulsória pelo CNJ do desembargador Megbel Tanus Abdalla, foi preenchida pelo juiz Marcelino Everton. Ambos foram empossados pelo presidente Guerreiro Júnior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 17/10/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 1 POSITIVA - CM.: 84 (14 x 6 col) JUÍZES DA EXECUÇÃO PENAL AFIRMAM QUE REBELIÕES DE PRESOS SÃO PREVISÍVEIS





TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 17/10/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 1 POSITIVA - CM.: 84 (14 x 6 col)

JUÍZES DA EXECUÇÃO PENAL AFIRMAM QUE REBELIÕES DE PRESOS SÃO PREVISÍVEIS

SEGURANÇA PÚBLICA Juízes analisam crise prisional

Magistrados apontaram situação de insegurança na cidade após a rebelião que culminou na morte de presos dentro do Complexo de Pedrinhas

SANDRA VIANA

sistema prisional está um caos instalado. E já havíamos alertado para a iminência de situações como a ocorrida na penitenciária", ressaltou o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula. O magistrado se refere à rebelião na Casa de Detenção (Cadet) do Complexo de Pedrinhas, que culminou com 10 mortes e 19 feridos. A declaração foi dada em coletiva à imprensa, na manhã de ontem, na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMA), Centro.

Na ocasião, foi apresentada portaria da AMA, lançada em agosto, com determinações à Secretaria de Administração e Justiça Penitenciária (Sejap) para conter problemas nos presídios. "O governo perdeu o controle da segurança no estado. O maior problema da atual gestão da Sejap está no próprio sistema: faltam técnicos, equipamentos e investimento", complementou o juiz da 2ª VEP, Fernando Mendonça, durante a coletiva. As medidas citadas na portaria dizem respeito à separação de detentos por sexo, idade, reincidência e regime prisional.

O discurso dos magistrados se pautou em críticas ao governo do estado. O juiz Roberto de Paula voltou a defender a regionalização dos presídios como solução para a crise no setor. Ele
lembrou que, dos cerca de 3.200
detentos que cumprem pena em
presídios da capital, 1.400 são
dos interiores e poderiam estar
pagando a justiça em suas regiões de origem. Outro impasse é

o número de vagas: apenas 2.300 para a demanda de presos. "Se fosse descentralizado, sobrariam vagas. O sistema não enfrentaria o problema de superlotação", exemplificou.

O juiz Fernando Mendonça pontuou a fragilidade no combate à ação das facções, informando dos mais de 400 aparelhos celulares e quatro armas de fogo encontrados dentro do Complexo de Pedrinhas, em uma única unidade, durante revista pós-rebelião. "Hoje, é a terceirização que carrega o sistema, não há uma corregedoria eficiente. São questões de gestão que não se resolverá em um passe de mágica", comparou. Mas, elogiou a atuação do secretário da Sejap, Sebastião Uchôa, afirmando que ele está "no lugar certo, na hora certa e fazendo a coisa certa".

Sejap esclarece

Em nota, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) esclarece que o sistema prisional maranhense vem passando por processo de reestruturação, incluindo a construção de unidades, reformas de prédio, transferência de presos e concurso público em andamento. Informa ainda que os juízes e promotores da Execução Penal e defensores públicos têm acompanhado de perto todos os passos da atual administração, inclusive com ampla participação de representantes da sociedade civil organizada. A Sejap abriu inquérito e processo administrativo para averiguar todos os casos notificados nos últimos dias. Toda a orientação e acompanhamento das ações dos agentes penitenciários têm por base normas internacionais de conduta junto aos detentos. Tudo está sendo apurado com o rigor da lei.



Magistrados apresentaram a portaria com determinações à Sejap para conter problemas nos presídios



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 6 (2 x 3 col) A ELE, ESSA GLÓRIA (...)



A Ele, essa glória, essa honra, por essa conquista em minha carreira", afirmou a nova desembargadora do TJ-MA, Angela Salazar, creditando sua vitória a Deus.

17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - CIDADE - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 30 (15 x 2 col)

ÂNGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO NOVOS DESEMBARGADORES DO TJ-MA



ANGELA SALAZAR e Marcelino Everton ao lado de Guerreiro Júnior e Cleones Cunha

Ângela Salazar e Marcelino Everton são os novos desembargadores do TJ-MA

Os juízes Ângela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), nesta quartafeira (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2.155 pontos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade.

PÁGINA 5 [C1]



17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 5

POSITIVA - CM.: 76 (19 x 4 col)

ÂNGELA SALAZAR E MARCELINO EVERTON SÃO NOVOS DESEMBARGADORES DO TJ-MA

Ângela Salazar e Marcelino Everton são os novos desembargadores do TJ

Os juízes Ângela Maria Moraes Salazar e Marcelino Chaves Everton foram eleitos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), ontem (16). A magistrada concorreu à vaga, pelo critério de merecimento, com outros 11 candidatos e terminou em primeiro lugar, com 2.155 pontos. O juiz, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade.

Independentemente da colocação, Ângela Salazar figurou na lista tríplice de merecimento pela terceira vez consecutiva, garantindo sua nomeação para o cargo, como determina o Regimento Interno da Corte, reproduzindo norma da Constituição Federal. Os outros dois mais votados para a vaga foram os juízes Tyrone José Silva (segundo colocado), com 2.129 pontos, e José Jorge Figueiredo dos Anjos (terceiro), com 2.126.

Bastante emocionada, a nova desembargadora agradeceu a todos e tributou sua eleição a Deus: "A Ele, essa glória, essa honra, por essa conquista em minha carreira". A magistrada disse que sempre atendeu a todos os requisitos necessários ao preenchimento do cargo e que continuará pautando seu trabalho – agora no TJ-MA – com dignidade, responsabilidade e colaboração.

boração.

Marcelino Everton revelou que espera corresponder à expectativa dos colegas desembargadores e de todos os servidores do Judiciário. "Eu queria mesmo era ser juiz de Direito e vou continuar sendo, com muito prazer", resumiu o magistrado, que,



OS DOIS MAGISTRADOS foram empossadas após a sessão plenária

antes de ser eleito por antiguidade, retirou sua candidatura à vaga por merecimento.

Merecimento – Vinte e qua-tro membros do Tribunal participaram da sessão que definiu os novos nomes, más o desembargador Joaquim Figueiredo se absteve de votar, em razão de ter um irmão seu entre os candidatos: o juiz José Jorge. A primeira eleição foi por merecimento. O presidente Guerreiro Júnior destacou o equilíbrio da disputa e a qualidade dos candidatos, considerando a todos da mais elevada estirpe, reputação ilibada e conduta exemplar. Em seguida, passou a palavra ao decano da Corte, o desembargador Bayma Araújo, o primeiro a votar.

Os 23 desembargadores que participaram da votação apuraram o merecimento dos candidatos, segundo critérios com pontuação máxima: desempenho (20 pontos), produtividade (30), presteza no exercício das funções (25), aperfeiçoamento técnico (10) e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional (15).

Todos eles declararam os fundamentos de sua convicção, com menção individualizada aos critérios utilizados na escolha. Os 12 juízes concorrentes à vaga receberam pontuação. A colocação geral foi imediatamente divulgada pelo presidente do TJ-MA após a eleição.

Também concorreram os juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto, Oriana Gomes, João Santana Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, José de Ribamar Castro, Luiz Gonzaga Almeida Filho, Luiz de França Belchior Silva, Lucas da Costa Ribeiro Neto e Antônio José Vieira Filho.

Antiguidade – Na sequência, o presidente Guerreiro Júnior anunciou o acesso a cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. Submetido ao plenário, o nome do juiz Marcelino Everton recebeu manifestação favorável unânime dos membros da Corte.

Posse – Ângela Salazar e Marcelino Everton foram empossados logo depois da sessão plenária administrativa pelo presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. "São dois magistrados de carreira e chegam para dar mais força à Corte, agora, completa", afirmou Guerreiro Júnior.



17/10/2013 - JORNAL PEQUENO

2º CADERNO - NACIONAL - PAG.: CAPA NEUTRA - CM.: 33 (11 x 3 col)

TRAGÉDIA ABRE GUERRA ENTRE A FAMILIA SARNEY E O PODER JUDICIÁRIO

DEU NO JORNAL O GLOBO

Tragédia abre guerra entre a família Sarney e o Poder Judiciário

A carnificina dentro do maior presídio de regime fechado do Maranhão, com nove detentos mortos e dezenas de feridos, na semana passada, deflagrou uma guerra entre o clã Sarney e o Judiciário no estado. O senador José Sarney utilizou o jornal de propriedade de sua família, "O Estado do Maranhão", para responsabilizar os juízes das Varas de Execuções Penais em São Luís pela rebelião e isentar o governo de sua filha, Roseana Sarney, de qualquer culpa pela tragédia. Os magistrados reagiram e atribuíram ao Executivo estadual toda a responsabilidade pelas mortes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 2º CADERNO - NACIONAL - PAG.: 3

NEUTRA - CM.: 120 (20 x 6 col)

TRAGÉDIA ABRE GUERRA ENTRE A FAMILIA SARNEY E O PODER JUDICIÁRIO



A CARNIFICINA DENTRO do maior presídio de regime fechado do Maranhão teve saldo de nove detentos mortos e mais de duas dezenas de feridos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 2º CADERNO - NACIONAL - PAG.: 3

NEUTRA - CM.: 120 (20 x 6 col)

TRAGÉDIA ABRE GUERRA ENTRE A FAMILIA SARNEY E O PODER JUDICIÁRIO



Chacina em Pedrinhas deflagra guerra entre Sarney e o Judiciário do MA

A carnificina dentro do maior presídio de regime fechado do Maranhão, com 10 detentos mortos e mais de duas dezenas de feridos na semana passada, deflagrou uma guerra entre o clã Sarney e o Judiciário no estado. O senador José Sarney (PMDB-AP) utilizou o jornal de propriedade de sua família, "O Estado do Maranhão", para responsabilizar os juízes das Varas de Execuções Penais em São Luís pela rebelião e isentar o governo de sua filha, Roseana Sarney (PMDB), de qualquer culpa pela tragédia. Os magistrados reagiram e atribuíram ao Executivo estadual toda a responsabilidade pelas mortes. PÁGINA 3



17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 2º CADERNO - NACIONAL - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 120 (20 x 6 col)

TRAGÉDIA ABRE GUERRA ENTRE A FAMILIA SARNEY E O PODER JUDICIÁRIO

Chacina em Pedrinhas deflagra guerra entre Sarney e o Judiciário do Maranhão

Senador responsabilizou, em artigo, os juízes das Varas de Execuções Penais em São Luís; magistrados culpam governo de Roseana Sarney; em nota, Sarney admitiu erro e pediu desculpa a juízes

VINICIUS SASSINE

O GLOBO (SUCURSAL DE BRASÍLIA)

A carnificina dentro do maior presídio de regime fecha-do do Maranhão, com 10 detentos mortos e mais de duas dezenas de feridos na semana passada, deflagrou uma guerra entre o clá Sarney e o Judiciário no estado. O senador José Sarney (PMDB-AP) utilizou o jornal de propriedade de sua família, "O Estado do Maranhão", para responsabilizar os juízes das Varas de Execuções Penais em São Luís pela rebelião e isentar o governo de sua filha, Roseana Sarnev (PMDB), de qualquer culpa pela tragédia. Os magistrados reagiram e atribuíram ao Executivo estadual toda a responsabilidade pelas mortes. Os juízes também passaram a monitorar as investigações sobre o ocorrido, inclusive a apuração da suspeita de que agentes de segurança do complexo penitenciário deixaram de intervir intencionalmente na briga entre facções rivais que resultou na matança.

Num artigo publicado na primeira página da edição do último domingo, Sarney escreveu que os juízes de Execuções Penais determinaram a prisão de "todos juntos" e "sem distinção de regime" fechado ou semiaberto. "Isso colocou na mesma habitação, antagônicos, membros de facções rivais e o confronto aconteceu", escreveu o senador. Ele ainda afirmou que nenhum dos mortos foi atingido por guardas ou polícias, tudo entre eles". Uma portaria conjunta das duas Varas de Execuções Penais, na verdade, determinou o con-trário do afirmado pelo pai da governadora do Maranhão.

A portaria, de agosto deste ano, obrigou a Secretaria de Administração Penitenciária a separar os presos conforme o regime de cumprimento da pena e critérios como sexo, idade e reincidência. No entendimento dos juízes Carlos Roberto de

Oliveira e Fernando Mendonça, responsáveis pelas duas varas, o Estado do Maranhão descumpre a Lei de Execução Penal. Na portaria, eles ainda fazem a ressalva para a "contenção das facções criminosas que dominam a vida carcerária" no estado. No último sábado, o jornal O Globo publicou uma matéria mostrando que 68% das unidades prisionais do país descumprem a norma que determina a separação dos presos conforme a natureza do delito cometido.

"O sistema prisional vive o colapso, a completa falência no Maranhão. Faltam vagas, trabalho aos presos e pessoal. Nada do que existe na lei é cumprido. O artigo foi uma infelicidade do presidente Sarney. Ele desconhece a área e se precipitou", disse ao Globo o juiz Carlos Roberto.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Santos, endossou as críticas a Sarney e à sua filha:

"Houve um flagrante equívoco do senador. O sistema está falido e não é uma prioridade do Executivo estadual. Na terra de Sarney, Pinheiro (cidade onde nasceu o senador), deveria ser construído um presídio com recurso federal, mas o dinheiro já foi devolvido duas vezes.

DESCULPAS – No início da noite de terça-feira, em resposta ao Globo, o senador reconheceu o equívoco e pediu desculpas aos juízes. "Recebi a informação dos órgãos de segurança do Maranhão. Agora, ao tomar conhecimento de que a mesma não tem fundamento, quero transmitir meu imenso pedido de desculpas a todos os juízes das Varas de Execuções Penais do Maranhão, reconhecendo o seu valioso trabalho", diz a nota enviada pela assessoria de imprensa de Sarney.

A rebelião ocorreu na última quarta-feira, 9, na Casa de Detenção (Cadet), maior presídio de regime fechado do estado, no Complexo de Pedrinhas, em São Luís. Facções rivais teriam se enfrentado após a descoberta de um plano de fuga. A Polícia Civil abriu uma investigação para apurar os responsáveis pelos disparos de arma de fogo. Os juízes das Varas de Execuções Penais decidiram requisitar informações sobre a investigação. Não estão descartadas as hipóteses de que os disparos tenham partido de agentes de segurança do complexo penitenciário ou de leniência no episódio, com uma suposta demora para interferir na briga entre as facções.

"Não é possível, por enquanto, confirmar ou negar essa informação", afirmou o presidente da Associação dos Magistrados.

Ele ressaltou que o Maranhão não tem um presídio de segurança máxima e que líderes de facções ficam em centros de detenção comuns. Para Gervásio, faltam presídios no interior do Estado, o que superlota as unidades na capital. As vagas precisariam ser duplicadas, segundo ele.

"Medidas urgentes precisam ser tomadas, sob pena de assistirmos a uma carnificina semanalmente."

A assessoria de imprensa da governadora Roseana Sarney sustenta que o sistema penitenciário no Maranhão está passando por uma reestruturação, com a construção de presídios, reformas de prédios e concurso público. "Os juízes e promotores da Execução Penal e defensores públicos têm acompanhado de perto todos os passos da atual administração, inclusive com ampla participação de representantes da sociedade civil organizada", cita a assessoria em resposta ao GLOBO.

Um inquérito e um processo administrativo no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária investigam os procedimentos de segurança adotados na rebelião, segundo o governo do Maranhão. "Somente o inquérito instaurado a cargo da Polícia Civil declinará a individualização de autorias dos homicídios, lesões e demais responsabilizações dos fatos ocorridos, inclusive mediante perícias médicolegais e criminalísticas."





O SENADOR e Gervásio Santos, da AMMA: crítica e reação



17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 NEGATIVA - CM.: 63 (21 x 3 col)

BIRA REPERCUTE DENÚNCIA DA DEFENSORIA SOBRE GRILAGEM DE TERRAS EM IMPERATRIZ

Bira repercute denúncia da Defensoria sobre grilagem de terras em Imperatriz

Uma denúncia gravíssima de tentativa de despejo forçado, baseada na grilagem de terras na Comunidade da Vila Zenira, em Imperatriz, permeou os debates da Assembleia legislativa do Maranhão, na manhã desta quarta-feira (16).

A denúncia foi levada à tribuna pelo deputado estadual Bira do Pindaré (PSB). Segundo ele, o bairro inteiro está sendo ameaçado de despejo na segunda maior cidade do Maranhão. Bira esteve na localidade, na última sexta-feira (11), e compareceu a uma reunião na presença da Associação de Moradores, do Ministério Público e dos vereadores Carlos Hermes (PCdoB), Aurélio (PT).

Durante o evento, o parlamentar tomou ciência da situação por meio de um relato da Defensoria Pública do Estado. Trata-se de uma área que envolve 200 famílias, 228 residências, 117 casas de alvenaria, instalados no local há mais de 15 anos. A comunidade é atendida pelo programa do governo federal "Luz Para Todos", desde 2006.

De acordo com a comunidade e com a Defensoria Pública do Estado, repentinamente apareceu uma pessoa, até então desconhecida, se alegando dona da área e tentando, de todas as formas, expulsar as famílias do bairro. A Defensoria confirma que a iniciativa de tentar expulsar as famílias do bairro é da construtora Gutenberg Caetano, que seria propriedade de Miguel de Sousa Rezende.

O deputado Bira recebeu um documento da Defensoria Pública do Estado sobre o andamento dos processos, sugerindo o envolvimento de cartórios e de juízes estaduais na tentativa de se expulsar as fa-



DEPUTADO REPERCUTE denúncia de grilagem em Imperatriz

mílias de suas casas. O documento cita Jairo Cesar Aragão Silva, que é filho do Juiz da Vara da Fazenda Pública, Joaquim da Silva Filho, como o advogado da construtora, e cita o juiz Baldochi, que seria o outro acusado pelas instituições que defende os moradores.

"Trata-se de uma situação muito grave, em primeiro lugar, porque a população já conquistou, até pelo decurso do tempo, o direito de permanecer naquele lugar. Não há por que falar, porque qualquer que seja o documento, de qualquer que seja o cartório, de Imperatriz, do Maranhão, do Brasil ou do mundo, possa tirar o direito daquela população de continuar morando onde está", assegurou Bira.

O socialista ressaltou que o andamento da ação que tramita na Justiça exige providências de todas as instituições envolvidas. Neste prisma, Bira pediu que a Comissão de Direito Humanos da Assembleia Legislativa faça uma representação com base nos documentos recebidos, junto à Corregedoria de Justiça, para que se investigue e se analise a postura dos juízes que estão sendo apontados pelas instituições.

Bira destacou que os documentos da Defensoria Pública do Estado estão sustentando as referências e as denúncias, fato que exige providências por parte do Judiciário, a fim de que situações como essas não se perpetuem pelo Maranhão.

"Proteger a comunidade da Vila Zenira significa proteger toda população de Imperatriz, porque seguramente mais da metade da população daquela cidade não tem título de propriedade e não é um documento qualquer de cartório seja ele quem for que pode tirar o direito da população de morar e de continuar sonhando em morar dignamente aqui no Maranhão", defendeu Bira.





17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - DR. PÊTA - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) SOBE

▲ SOBE

O juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª vara da Comarca de Coroatá e diretor do fórum da unidade, foi o palestrante do curso "O Poder Judiciário e os usuários de drogas". O evento foi promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, destinado aos novos magistrados dos estados da Bahia e Mato Grosso. Francisco Ferreira de Lima foi convidado pela Escola através de ofício da diretora geral da instituição, ministra Eliana Calmon.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - SINDJUS 17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - DR. PÊTA - PAG.: 2 NEUTRA - CM.: 26 (13 x 2 col)

PENDENGA INUSITADA

Pendenga inusitada

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão, Aníbal da Silva Lins, e os demais membros da diretoria do Sindjus ingressaram na Justiça com uma interpelação inusitada. Eles protocolaram na 1ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz uma interpelação contra um associado do próprio Sindicato, o auxiliar judiciário Victor Diniz de Amorim, em razão de comentários feitos por ele em uma página do Facebook.

Por meio de uma petição assinada pelo advogado Ricardo da Silva Lins, os dirigentes do Sindjus alegam que críticas feitas pelo servidor associado vêm causando desconforto aos membros da diretoria do Sindicato, e que comentários maldosos feitos por ele devem ser comprovados na Justiça.

Victor Diniz de Amorim, servidor administrativo do quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJ-MA, lotado na 3ª Vara da Família da comarca de Imperatriz, ficou conhecido nas redes sociais por expor as demandas dos servidores administrativos que se sentem desprestigiados em face da luta do Sindjus em prol apenas dos Oficiais de Justica.

Agora, é a interpelação judicial do Sindjus que está ocasionando diversas críticas dos servidores em uma comunidade dos Servidores Administrativos no Facebook. Lá, dizem que os associados que o Sindicato quer amordaçar e calar as críticas feitas pelos servidores à gestão de Anibal

Lins, presidente do Sindicato há vários mandatos.

"Aníbal Lins já comanda o Sindjus por mais de dez anos sem que nunca houvesse tido quaisquer sinais de oposição na categoria. Agora, ao que parece, surgem focos de servidores que tentam se mobilizar em defesa de suas demandas arregimentando uma possível oposição. Recentemente, os Analistas Judiciários fundaram a ANAJUD, associação com o fito de representar as demandas destes servidores junto ao TJ-MA. A conduta da direção do Sindicato pode até não ser crime, mas, não seria ética e moralmente reprovável? Onde já se viu um Sindicato acionar seu próprio associado na Justiça?", questiona Victor Diniz de Amorim, em carta encaminhada ao Jornal Pequeno.



17/10/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 9 POSITIVA - CM.: 27 (9 x 3 col)

CGJ-MA E JUÍZES DA FAMÍLIA DISCUTEM SOLUÇÕES PARA REPASSE DE DADOS AO IBGE

CGJ-MA e juízes da Família discutem soluções para repasse de dados ao IBGE

Em reunião na terça-feira (15), juízes das Varas da Família de São Luís e o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, discutiram sobre métodos de trabalho para facilitar o repasse de dados aos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao órgão, devem ser repassados os dados sobre casamentos, divórcios entre outros.

De acordo com informações repassadas pelos juízes, um servidor do IBGE atuou junto às Varas da Família, colhendo dados de anos anteriores em processos já arquivados. No entanto, para o repasse dos dados das Varas para o IBGE ainda não há um sistema interligado, o que dificulta bastante o fluxo das informações.

"Desde que iniciamos a gestão, trabalhamos em parceria com o IBGE com o objetivo de interligar nossos sistemas de informática, a fim de que as informações fossem repassadas automaticamente, porém o sistemas são incompatíveis, impossibilitando essa interligação", declarou durante a reunião a juíza auxiliar da CGJ-MA, Alice Prazeres.

De acordo com o corregedor Cleones Cunha, os estudos de viabilidade de um sistema interligado ou de qualquer mecanismo que automatize e facilite esse fluxo de dados continuarão sendo estudados. "Precisamos achar uma forma de trabalhar esses dados com agilidade de fidelidade. A ausência ou demora no repasse das informações altera diretamente as estatísticas do IBGE", lamentou o desembargador.

Os juízes das Varas da Família que participaram do encontro – José de Ribamar Castro (1ª), Marcelino Chaves Everton (2a), Joseane de Jesus Bezerra (3^a), Antonio José Vieira Filho (6ª) e Jesus Guanaré Borges (7ª) - se comprometeram a fazer contato com o IBGE e também discutir uma solução provisória e definitiva para o problema. "Nós temos, realmente, que achar uma solução. Tenho certeza que em breve não teremos mais essas dificuldades", disse o juiz Jesus Guanaré, que assumirá, também, em dezembro deste ano, a diretoria do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.